

1 **CONJUNTURA – A crise e a necessidade de construir uma alternativa**

2 O recente movimento dos caminhoneiros foi mais uma manifestação da profunda
3 crise por que passa o país. Foi praticamente o decreto de “fim” do (des)governo Temer
4 (MDB). A pretensa solução apresentada pelo governo não apenas não resolve os
5 problemas como aguça essas contradições. A discussão dos fretes causou nova crise.
6 Além das consequências da política de preços, produção e abastecimento adotada pela
7 direção da Petrobrás – que vieram à tona e foram denunciados pelos petroleiros que
8 inclusive foram à greve – que junto com o dólar elevaram substancialmente os custos dos
9 combustíveis, o subsídio decorrente da redução de impostos pressiona ainda mais a
10 situação fiscal e é jogado nas costas da população.

11 A crise atual expõe as contradições profundas de um regime supostamente
12 democrático em uma economia periférica e uma sociedade extremamente desigual. Anos
13 depois de atingir o país em cheio, a crise econômica persiste. As medidas de “ajuste” –
14 implementadas com força por Dilma e intensificadas por Temer – não surtem o efeito
15 propalado, e a estagnação persiste. Pouco mais de dois anos depois da conspiração que
16 depôs Dilma, o ilegítimo governo Temer, que assumiu com a tarefa de intensificar e
17 aprofundar a agenda do “ajuste”, atinge popularidade perto de zero, envolto em
18 escândalos e denúncias de corrupção. Ainda assim, por falta de outras alternativas entre
19 os setores da classe dominante, é por eles sustentado, e se segura na base do velho
20 toma lá dá cá.

21 As bases desse padrão de reconfiguração do estado e da economia no Brasil
22 assentam-se em um processo de reversão neocolonial, com inserção ainda mais
23 subordinada da economia brasileira no mercado internacional, e pressupõe, como
24 condição para o acúmulo de capitais privados e a retomada do ciclo econômico, o
25 rebaixamento geral do padrão de vida da população trabalhadora – com redução de
26 salários diretos e direitos prestados pelo estado. Daí a centralidade de iniciativas como a
27 reforma trabalhista e lei das terceirizações, a reforma da previdência, e a EC 95/2016.

28 As consequências sociais da crise e da estagnação, e do receituário aplicado pelo
29 andar de cima para acomodá-la, são cada vez mais drásticas. São sensíveis a explosão
30 do desemprego e das formas precárias de ocupação e subemprego, da miséria, da
31 violência, a precarização dos serviços.

32 As crises econômica social precipitaram a eclosão de uma também profunda crise
33 política. As jornadas de junho de 2013 foram um marco nesse processo. Ao aglutinar
34 milhões de pessoas em torno de demandas ao estado, por direitos e serviços públicos,
35 elas já expunham a estreiteza dos canais de representação política e reivindicação. A
36 falta de permeabilidade do sistema político às demandas sociais e populares exacerbou-
37 se com a crise econômica e mais mobilizações com características semelhantes
38 aconteceram. A polarização social decorrente da crise exacerba essa contradição da
39 democracia que não se realiza. A demanda por mais espaço, por baixo, confronta-se com
40 a necessidade do sistema político de restringir ainda mais a já precária e limitada
41 democracia – como condição para a contenção da resistência à imposição do desmonte
42 dos direitos. Vivenciamos a crise da nova República, assim denominado o pacto político

43 celebrado no andar de cima com a redemocratização e materializado na Constituição de
44 1988. Sequer aquela democracia de baixa intensidade se sustenta nos marcos atuais de
45 reorganização da economia, do estado e da sociedade.

46 Aquele pacto, em que pese ter na Constituinte absorvido parte das demandas
47 populares na esteira da luta e resistência contra a ditadura militar, acomodou interesses
48 da elite e não enfrentou contradições fundamentais da história nacional, como o padrão
49 de desenvolvimento econômico, a profunda desigualdade social, e o caráter autoritário e
50 pouco democrático do estado brasileiro.

51 Também nos últimos anos foi escancarada a característica viciada e corrupta do
52 sistema político-eleitoral, que tem como regra entre todos os grandes partidos a ciranda
53 do financiamento de campanhas eleitorais, do favorecimento de grandes empresas e do
54 superfaturamento de obras públicas. Caixas 1, 2, 3... Uma relação entre público e privado
55 que revela o caráter estrutural da corrupção no seio do estado. Essa é mais uma das
56 razões para o descrédito do sistema eleitoral.

57 A rejeição aos políticos de sempre e seus partidos somada ao acirramento do
58 conflito distributivo e à imposição da socialização dos prejuízos da crise, desloca a política
59 do “centro” para os extremos do espectro ideológico. Daí a maior projeção de grupos e
60 ideias de extrema direita no debate político nacional nos últimos anos. Esse fenômeno é
61 sem dúvida relevante na disputa política, e deve ser combatido, inclusive, por não ser
62 alternativa à crise – pelo contrário, é mais uma das faces, ainda mais autoritária, de
63 projeto de retirada de direitos e repressão às demandas populares. No entanto, esse
64 combate deve se dar na defesa e construção da mobilização independente da classe em
65 defesa de seus direitos, e não em contribuição à sobrevivência de uma institucionalidade
66 desacreditada que já demonstrou não ser canal efetivo para o acolhimento de
67 reivindicações. A defesa de uma democracia dentro desses marcos não será capaz de
68 envolver os trabalhadores e construir fortes mobilizações, que são condição para
69 enfrentar ensaios autoritários.

70 Mas não é sem resistência do sistema político que esse processo de
71 questionamento se desenvolve. Os grandes partidos e seus líderes empenham-se na
72 operação “estanca a sangria”, buscando acordos para conter a sanha contra a corrupção,
73 que também é ideologicamente deslocada de seu eixo político para um eixo moralista e
74 casuístico. Trata-se de prorrogar a agonia da nova República; uma reacomodação dos
75 interesses.

76 O Judiciário, por sua vez, como parte do aparato de estado e com a autoridade da
77 “última palavra” sobre o conflitos, é alçado a uma maior projeção no cumprimento do
78 papel de tentar resgatar a legitimidade do sistema político – já que o descrédito dos
79 demais poderes é mais acentuado e há falta de consenso sobre os gestores dos
80 interesses de classe à frente do estado. E como parte dessa sistema, com sua também
81 estrutural seletividade e maleabilidade, esse poder reproduz em seus vereditos a crônica
82 desigualdade social e de poder existente na sociedade.

83 Ainda, as eleições próximas com suas regras excludentes e pasteurizadoras são o
84 momento que as instituições dessa deficitária democracia representativa precisam obter

85 algum grau de legitimidade. Mas nas condições atuais há uma imensa dificuldade de
86 legitimar nas urnas um programa de brutal retirada de direitos. Enquanto o candidato mais
87 competitivo e bem posicionado nas pesquisas é simplesmente retirado da disputa – mais
88 uma contradição e mais um traço que subtrai a já minguante legitimidade do pleito, as
89 demais candidaturas dos grandes partidos patinam e há poucos meses do pleito o cenário
90 é de indefinição. A desconfiança em relação ao sistema é forte e a abstenção deve ser
91 um fator marcante novamente.

92 É certo que o período eleitoral é oportunidade importante para questionamento do
93 projeto em curso e para o debate sobre alternativas para a solução dos problemas dos
94 trabalhadores. Mas é central destacar que a construção dessas alternativas está muito
95 para além das eleições e que o seu resultado não trará alento para as lutas em curso.
96 Todas as candidaturas dos grandes partidos, em geral e malgrado diferentes tons de
97 maquiagem, têm compromisso com a agenda de ataques.

98 A propósito, destaca-se o papel da oposição “institucional” ao atual governo,
99 liderada pelo PT e seus satélites, que têm importante influência nas direções sindicais e
100 de movimentos sociais. Ao mesmo tempo em que buscam insuflar suas militâncias com a
101 narrativa do golpe (reduzindo toda a história recente ao antes e depois do impedimento),
102 operam dentro da mesma lógica institucional e parlamentar de seus supostos algozes, e
103 com eles fazem acordos e selam alianças eleitorais; e não apenas dependem como
104 fazem parte do “grande acordo” necessário para conter “a sangria” e para garantir suas
105 sobrevivências como parte integrante que são do sistema político apodrecido que se
106 busca manter vivo. A aposta desses setores no “quanto pior melhor” para sangrar o
107 governo e a oposição burocrática às “reformas” (que não precisará fazer depois se vier a
108 retomar o posto no poder), buscam canalizar as forças populares para um projeto eleitoral
109 descolado das mobilizações de rua, que além de não oferecer soluções reais para os
110 problemas do povo, é uma promessa irrealizável – a história não volta atrás, e revelam
111 atuar dentro da mesma lógica daqueles a que se “opõem”. Esse projeto político-eleitoral
112 não atravessa os limites do cretinismo parlamentar e não representa uma alternativa para
113 além do “menos pior” cada vez mais distante e impalpável, que pudesse envolver e
114 mobilizar a classe trabalhadora a lutar para além dos canais interditados da
115 institucionalidade atual.

116 Coincide e é parte da falência do pacto da nova República a crise do lulopetismo
117 como referência política para a classe trabalhadora. As jornadas de junho de 2013
118 também marcam o momento em que ele deixa de ter a hegemonia do movimento de
119 massas no Brasil. Esse foi também um fator relevante para a queda de Dilma, na medida
120 em que perde a funcionalidade, para os setores de elite que lhe davam sustentação, de
121 tutelar e conter as mobilizações de rua, como ocorrera no período anterior. O padrão
122 lulopetista de governabilidade – assimilado e absolutamente integrado ao modelo de
123 coalizões vigente desde a redemocratização – mostrou seu esgotamento. A crise
124 econômica vinha estrangulando a política de conciliação de classes patrocinada nos anos
125 de relativo crescimento econômico; não havia mais margem para “agradar” a todos, em
126 meio ao acirramento do conflito distributivo. Ao mesmo tempo em que desmoronou sua
127 fisiológica base de sustentação no Congresso, Dilma também não contou com reação
128 popular contra o impedimento (decisão de caráter eminentemente político), tendo em vista

129 os efeitos deletérios da crise econômica, a crise de representação, as denúncias e o
130 estelionato eleitoral pós-reeleição. Do mesmo modo, a liderança nas pesquisas eleitorais
131 não rendeu a Lula correspondente apoio ou mobilização popular em função de sua
132 condenação e prisão. Dias antes e mesmo após o decreto de prisão, Lula afirmou
133 “acreditar na justiça”, e nessas circunstâncias depende de movimentos políticos por cima
134 para ver alterado seu destino. Sem disposição de mobilização popular, esse projeto
135 político perde espaço.

136 A compreensão do momento político atual, e das razões pelas quais se chegou até
137 aqui, assim, passa necessariamente por uma avaliação das contradições e limites da
138 experiência petista no governo, inclusive como forma de superação de uma polarização
139 superficial que vigora nos meios de comunicação propagadores da ideologia dominante e
140 também em amplos setores do movimento sindical e social, onde esse debate é
141 determinante para os rumos da organização dos trabalhadores em suas lutas. Essa
142 polarização interdita o debate necessário sobre uma outra alternativa, que não passe pela
143 reciclagem do sistema representativo em crise e seus tradicionais partidos, da operação
144 “estanca a sangria”, nem por uma falsa alternativa conservadora e autoritária, que venha
145 a suprimir o resíduo democrático ainda existente e impor a mesma agenda de barbárie
146 em curso.

147 Uma outra alternativa somente poderá se constituir em um programa que esteja
148 articulado com as reivindicações e lutas concretas dos trabalhadores por (mais) direitos,
149 que pressupõe reformas estruturais profundas e a radicalização da democracia, ao
150 mesmo tempo em que identifique e enfrente as contradições e os privilégios que
151 sustentam a perpetuação de uma sociedade tão injusta e desigual.

152 Nesse contexto, os trabalhadores têm um enorme desafio. Depois de conquistar
153 com muita luta um reajuste que afastou o congelamento e possibilitou a reposição de
154 parte das perdas salariais, e vencida a batalha contra a reforma da Previdência no
155 primeiro semestre deste ano, entre outras lutas e conquistas importantes, nos movemos
156 em um cenário de grave crise e profundos ataques aos direitos historicamente
157 conquistados. Aproxima-se um processo eleitoral de cartas marcadas, que não será
158 solução para nossas reivindicações e ainda terá por objetivo tentar legitimar o projeto de
159 devastação em curso. Apesar do cenário difícil, temos o desafio de lutar por uma
160 política salarial, que envolve tanto a negociação de uma alternativa específica à categoria
161 quanto a luta geral pela efetivação da data-base prevista na Constituição; a luta pela
162 valorização da carreira; a defesa da recomposição dos benefícios; a Previdência voltará a
163 ser objeto de novos e mais duros ataques, e a resistência deverá estar à altura.

164 O serviço público e os servidores são alvo preferencial do projeto de ataques.
165 Congelamento e mesmo redução de salários e benefícios; demissões; falta de reposição
166 de servidores e enxugamento de quadros; piora das condições de trabalho e adoecimento;
167 essas são apenas algumas das implicações dessa agenda. A emenda 95 tende a
168 estrangular o funcionamento dos órgãos públicos e deve ser enfrentada e derrotada. A
169 reforma trabalhista e a terceirização precarizam o padrão geral de vida da população e o
170 próprio serviço público; os ataques à Justiça do Trabalho voltam com força. No
171 Judiciário, é fundamental a luta por democratização, tanto das relações internas quanto

172 das relações com a sociedade. É preciso debater o seu papel, como parte do aparelho de
173 estado, na retirada de direitos, na perpetuação de desigualdades, e na repressão às lutas
174 sociais. É preciso ainda enfrentar os privilégios em seu interior, junto com a luta por
175 melhores condições de trabalho.

176 Para levar adiante essas e outras lutas, e construir uma alternativa para a categoria
177 e para a classe, é fundamental a nossa organização e unidade, dentro e fora da categoria.
178 As dificuldades são muitas, mas é possível lutar e vencer.

179

180 Assinam:

181 Adilson Rodrigues – SP

182 Beatriz Mazzei Nubie Massariol – SP

183 Cláudia Vilapiano Teodoro de Souza – SP

184 Cristiano Moreira – RS

185 Denise Carneiro – BA

186 Fabiano dos Santos – SP

187 Gilvan Lopes Neri – BA

188 Luciana Martins Carneiro – SP

189 Maria Ires Graciano Lacerda – SP

190 Mauricio Rezzani – SP

191 Sandro Trindade – RS

192 Claudia Renata de Moraes Araújo – SP

193 Ester Nogueira de Faria – SP

194 Lynira Rodrigues Sardinha – SP

195 Ruy Almeida – RS

196 Tarcisio Ferreira – SP

197 **Recebida em 09/7/2018, às 23h58**